PORTARIA Nº. 299/2018

DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO, NA FORMA DO 2º, ART.7º, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 22.054/05, E DO ATO Nº 36/97 DA PRESIDÊNCIA DESTE REGIONAL,

Resolve conceder diárias na forma discriminada a seguir:

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:

Treinamento Eleições 2018: Sistema de Logística (Trace) e Eleições 2018: Inovações Tecnológicas e Procedimentais.

DESTINO: Vitória - ES

DATA DE CHEGADA: 20/07/2018

DATA DE SAÍDA: 21/07/2018

BENEFICIÁRIO(S)

NOME: **JOHNATON MARTINS DE SOUZA** CARGO/FUNÇÃO: FC-6 VALOR: R\$ 868,64

Vitória, ES, 18 de julho de 2018.

ALVIMAR DIAS NASCIMENTO
DIRETOR GERAL

PORTARIA Nº. 300/2018

DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO, NA FORMA DO 2º, ART.7º, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 22.054/05, E DO ATO Nº 36/97 DA PRESIDÊNCIA DESTE REGIONAL,

Resolve conceder diárias na forma discriminada a seguir:

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:

Treinamento Eleições 2018: Sistema de Logística (Trace) e Eleições 2018: Inovações Tecnológicas e Procedimentais.

DESTINO: Vitória - ES

DATA DE CHEGADA: 22/07/2018

DATA DE SAÍDA: 24/07/2018

BENEFICIÁRIO(S)

NOME: **EDNALVA PEREIRA ROCHA ALVES** CARGO/FUNÇÃO: FC-1 VALOR: R\$ 1.247,27

Vitória, ES, 18 de julho de 2018.

ALVIMAR DIAS NASCIMENTO
DIRETOR GERAL

Intimação/Citação**Intimação/Citação****AVISO DE PENALIDADE**

Tendo em vista o constante dos autos administrativos nº 3351/2018, que visam a apuração dos motivos que levaram à empresa CRIS CAR - CENTRO REPARAÇÃO AUTOMOTIVA LTDA ME à inexecução do objeto da carta-contrato de prestação de serviços de lavagem de veículos firmada com o TRE-ES em 09/01/2018 no valor total de R\$ 5.690,00 (cinco mil, seiscentos e noventa reais), em atendimento ao rito procedimental descrito na Lei nº 9784/99, NOTIFICO seu representante legal, o Sr. THIAGO BOECHAT GOMES, que se encontra em local incerto e não sabido, para apresentar suas ALEGAÇÕES FINAIS no prazo de 10 dias, a contar desta publicação, ante a possibilidade de aplicação de multa no valor total de R\$ 1.707,00 (mil, setecentos e sete reais), além do registro no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, e demais sanções contratuais, decorrentes do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, quais sejam, suspensão do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento por até cinco anos.

CARLOS ALBERTO DA ROCHA PÁDUA FILHO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE APURAÇÃO DE INEXEÇÕES CONTRATUAIS